

DESMISTIFICAÇÃO DA IMAGEM DO NEGRO ATRAVÉS DOS MANUSCRITOS COLONIAIS DA PARAÍBA

Karlina Barbosa de Arruda
Josemir Camilo de melo

Resumo

A proposta deste artigo é contribuir para a desmistificação da imagem do negro como um ser passivo, e apático, imagem esta perpetuada pela historiografia tradicional e que precisa ser revisada. Para isso, analisamos três manuscritos do século XVIII da coleção de Cds pertencentes ao “Projeto de Documentação Histórica Resgate Barão do Rio Branco”. Partimos da hipótese de que tais manuscritos abrem vertentes para se repensar a imagem cristalizada do negro. Nossa contribuição com este trabalho é o de inserir nos estudos históricos, novas discussões historiográficas, possibilitando, assim, uma percepção diferenciada da que vem sendo atrelada ao negro como sujeito histórico. Dois dos documentos mostram o negro tratado como objeto e, outro, como protagonista de rebeldia. De forma geral, o método indiciário foi utilizado como pressuposto para a construção da problemática levantada neste trabalho e também por tratar-se de uma pesquisa que busca resgatar as nuances despercebidas pelos estudos da história. O estudo tenta contestar a historiografia tradicional, buscando contextualização em autores como Oliveira, Gonçalves dentre outros. Concluimos, frisando que a história escrita por historiadores tradicionais precisa ser mudada através da leitura desses manuscritos.

Palavras-chave: Negro. Manuscritos coloniais. História Social.

Introdução

A Historiografia paraibana é pobre de pesquisa sobre as comunidades afro-descendentes na Paraíba. Os historiadores têm abordado a temática dos afro-descendentes unicamente pelo viés da escravidão como fator econômico, onde o africano e seus descendentes aparecem como mercadoria e não como ser humano reagindo ao sistema prisional do trabalho forçado. Portanto, exploramos alguns dos documentos coloniais consultando a coleção de manuscritos do Projeto Resgate do Barão Rio Branco disponível em 6 CD-ROM. Como guia, usamos o Catálogo dos Manuscritos (ver bibliografia).

Dentro dessa perspectiva, esses documentos são de extrema relevância para os estudos historiográficos da colônia, pois se trata de um vasto corpo documental, composto de 1523 unidades contando com cartas, alvarás, bilhetes, certidões, consultas, enfim, uma gama de documentos riquíssimos e prontos para serem transcritos e estudados por historiadores, linguistas, cientistas sociais

e que, a partir deste projeto podem reelaborar e confrontar os documentos encontrados com as visões oficiais acerca da escravidão na Paraíba.

O presente estudo de caso nasceu da experiência das aulas de Paleografia ministradas no Curso de História tanto da UFCG como da UEPB, que contou com a colaboração dos alunos da disciplina. Partimos da leitura e transcrições de alguns documentos relativos à situação do negro no período colonial e, para este recorte investigamos a produção historiográfica sobre o tema – tratado geralmente como escravidão e seus derivados – para uma confrontação ou crítica, no intuito de preencher lacunas e dar outro direcionamento à História desta população. Para isto contaremos com a leitura de clássicos da historiografia paraibana e faremos uma leitura comparativa com alguns ensaios sobre a temática como Vidal (1988) e Mello (1988) sobre escravidão, e Oliveira (2007) sobre o quadro histórico colonial. O objetivo é uma releitura crítica da imagem do africano e afro-descendente tanto na historiografia paraibana, como a partir da leitura paleográfica da documentação manuscrita inédita sobre os tempos coloniais.

Usamos a pesquisa em manuscritos para um estudo comparativo, analítico e complementar tanto da História como da Historiografia paraibana para resgatar o processo de formação da população afro-descendente no intuito de prover uma releitura desta História utilizando-se de novas fontes e novas abordagens, até porque há uma lacuna sobre resistência escrava na Colônia, quanto à Paraíba. No entanto, visitando as cópias dos manuscritos daquela coleção, e apoiado por interpretações novas pudemos descobrir novas táticas e práticas de resistência destes seres humanos que aprisionados e seqüestrados foram obrigados ao trabalho forçado como mão de obra do colonialismo.

Não se trata aqui de refutar toda a historiografia sobre escravidão que tem construído uma imagem-discurso sobre o negro de mercadoria, ou, por outra, de animal ou máquina. É claro que isto está incluso em nossa proposta, mas não é para trocar uma imagem por outra. O princípio é de analisar através do discurso oficial – os documentos manuscritos das autoridades – e tentar (re)ler sobre o papel de africanos e ou descendentes. Este estratagema de manter uma equidistância entre o escrito e o lugar do escritor (escrivão ou historiador) e, ao mesmo tempo, aplicar interpretações culturais do discurso ‘negro’ performado por suas tradições, evitando-se assim que os afro-descendentes só apareçam na História como seres passivos, mercadorias, ‘bem móvel’ ou folclorizados através de uma ‘contribuição cultural’ (MELO, 2008).

Embora a História do povo negro não utilize da mesma metodologia que se usa para abordar a história dos povos europeus e seus descendentes nos trópicos, estamos recorrendo a ela para uma releitura a partir de novas interpretações sobre os referidos documentos manuscritos. A História (dos

brancos) do Brasil tem sido feita através dos documentos oficiais e particulares e outras fontes como iconografia e similares, já que estamos tratando de uma sociedade letrada, ou seja, uma Formação Discursiva Escrita (sobre o que, aqui, não entraremos em discussão teórica). No caso dos africanos seqüestrados e trazidos para o Brasil e seus descendentes aqui nascidos e mantidos como iletrados, portanto numa Formação Discursiva Oral, os documentos para estudar sua história não são mais do mesmo caráter, ou seja, material escrito. Mesmo assim, usando das fontes oficiais, buscaremos o não dito, o silêncio, já que nestas fontes o vencido não fala.

A proposta é refutar uma linha de produção historiográfica que retrata estas comunidades como ‘a contribuição cultural do negro’, e similares, como ‘bem móvel’ no caso da escravidão. Pretendemos reverter o discurso dos documentos manuscritos, a partir de uma visão de Etnohistória para verificar como se deu o processo de resistência dos afro-descendentes, em várias comunidades paraibanas, a despeito das já estudadas pela Academia, sendo estas submetidas a outras abordagens teórico-metodológicas como Memória-Discurso (de Análise dos Discursos) para a desfolclorização dos estudos sobre esta população.

História e historiografia do escravo

Podemos visualizar esta historiografia em até três vertentes: a tradicional, produzida sob a matriz do IHGP, cujo melhor exemplo é Vidal; a acadêmica, de matriz econômica que analisa a escravidão e não o ser social; e uma mais recente, a História social da escravidão, em que os afro-descendentes aparecem protagonizando história. Outro autor que tenta analisar a escravidão na Paraíba é Mello (1988), mas que deixamos de lado seu comentário por achar que não se desvia da primeira vertente apesar do título.

Não pretendemos, aqui, reproduzir a História da Escravidão na Paraíba, tarefa já alcançada por vários autores. Usamos Oliveira para termos uma visão aproximada do universo de Antônio de Souza, já que, ela diz que faltava mão de obra escrava, em 1770, por que só havia 6 embarcações que a Companhia Pernambuco-Paraíba mandava à Costa da Mina (...) o número que vem é insuficiente e são vendidos os melhores no Rio de Janeiro (p. 113). Aqui, a imagem tomada é a do africano como mercadoria, como ocorre com todos os ensaios de História Econômica.

Outra informação que poderá vir a ser útil diz respeito à população de africanos livres na Paraíba por volta do final do século XVIII. Segundo a autora, a Paraíba, em 1798, teria 2.976 pretos livres, 7.039 pretos escravos; 12.876 mulatos livres e 1.858 mulatos escravos. Ou seja, 8.897 escravos,

enquanto pretos e mulatos livres seriam 15.842, mais dos que os brancos (12.328) e índios (2.817) (OLIVEIRA, 2007, p.123).

Escolhemos, da primeira vertente, o texto de Vidal (1988) um dos formadores de imagem e discurso do negro como objeto de estudo na Paraíba. Seu texto é coerente com a época em que foi produzido e com seu lugar, a elite positivista da primeira metade do século XX, sob a égide do IHGP. Diz que os ‘servos’ (sic) “*buscavam a liberdade e que fugiam à justiça*” (negrito nosso) (Op. cit., p.109). É este tipo de linguagem-discurso que cimenta a ideologia branca dominante. O africano não resistia ao sistema econômico dominante, fugia da justiça! Que justiça? O historiador estava comprometido com a elite e sua história. Embora em alguns aspectos o autor pareça estar comprometido com a História, no viés positivista de narrar o passado dos dois lados, ora engrandece a resistência dos negros, ora a dos brancos. Mas não questiona o discurso da escravidão. O tratamento não é precioso nem preciso. Vejamos esta narrativa sobre conseqüências de Palmares: “*Na Paraíba, a coisa tomou tal gosto que despertou a intervenção do governo de Portugal*” (negrito nosso) (idem, ibidem). Era uma coisa de gosto ou era uma resistência armada de sujeitos históricos? Todavia, se refere ao quilombismo que mais adiante ele torna de valor positivo: “*A resistência que os escravos faziam era simplesmente fantástica e dela temos notícia viva no ataque do quilombo denominado Cumbe – hoje Usina Santa Rita* (idem, ibidem).

Em outras passagens o autor volta a mostrar uma imagem negativa deste ser humano condenado o trabalho forçado, como, apesar de elogiar o quilombo, dizer que a “*a punição podia ser eficiente* (p. 110). Usa o termo punição, como se a liberdade buscada merecesse ser punida. Em outra passagem, ao criticar os maus tratos (não discute a escravização de um ser humano) reproduz a imagem que tem se eternizada na academia e repassada à sociedade: “*E maus tratos exageradíssimos para eles que estavam já habituados a todos os sofrimentos*” (p.111). ou esta pérola: “*É verdade que nessa ocasião (segunda metade do século XIX) já os africanos nada ou quase nada sofriam relativamente aos tempos passados. Os Senhores (sic, com maiúscula) estavam agora mansos de gênio* (p. 121).

Não pretendemos, aqui, nos prolongar na dissecação do discurso de Vidal, apenas mostra-lo como expoente da criação da falsa imagem do africano, na Paraíba. E aproveitamos exatamente este autor porque é ele um dos que se referem ao quilombo do Cumbe, pois na repressão aos africanos e descendentes estava o personagem Jerônimo Tovar de Macedo, o mesmo do documento-processo de Antônio de Souza.

Algumas pistas para desconstrução da imagem do africano

Os documentos oficiais manuscritos encontrados na coleção Projeto Resgate Barão do Rio Branco dão subsídios à imagem do africano como mercadoria, bem móvel de latifundiário. No entanto, tentamos buscar pistas de resistências e práticas de astúcias nas entrelinhas do discurso dominante. No caso da imagem tradicional, apontamos o documento-processo em que o capitão Bento Ferreira Feio, em 1726, resolve se dirigir ao rei D. João V, solicitando uma segunda devassa sobre o assassinato de um dos seus escravos. Fica evidente, aqui, que a importância da vítima não dependia de um bom relacionamento com o seu ‘proprietário’ (aspas nossas), mas sim por ser uma ‘peça’ em que havia capital embutido. Neste documento permanece a imagem do africano como mercadoria (AHU-Paraíba, cx. 7. AHU_ACL_CU_014, Cx.6, D. 504; OLIVEIRA et all., p. 113).

O processo de Constantino

Usamos aqui como exemplo o caso de um documento oficial em que o Capitão-mor da Paraíba remete para a Corte em Lisboa, sobre a prisão ‘casual’ de um escravo e que ‘confessou espontaneamente’ ter sido pago por sua senhora para matar o Capitão-mor e seu secretário (AHU-Paraíba, cx. 14. AHU-ACL-CU-014-, Cx. 24, D. 1878)*. Tal peça jurídica merece dois tipos de leitura, uma de origem hermenêutica e outra de discurso, além da leitura paleográfica completa dos documentos anexos, para nos depoimentos dos ‘réus’, vítimas, poder dar sentido à sua fala.

O africano (ou afro-descendente, já que as autoridades o chamam de ‘cabra’ e ‘mulato’) Constantino era escravizado pelo Padre Antônio Bandeira de Melo e sua irmã Quitéria e foi utilizado num ato de vingança daquela solteirona (como se depreende da leitura do manuscrito) para matar a maior autoridade da Capitania. Pelo documento oficial de abertura do processo, o escravo esteve implicado e foi preso e processado junto com sua senhora. No entanto, lendo-se a documentação secundária, os anexos do processo, percebe-se, através da escritura de condenação, atitudes de astúcias e de resistência (inclusive armada) de Constantino. Pelo que se depara dos anexos, ele foi preso por estar com outro escravo ‘fugido’ (aspas nossas) por saberem que a repressão estava em seu encalço. Esta foi recebida à bala por Constantino. Portanto, a abertura do documento que diz que se prendeu causalmente, é mentirosa e se ele reagiu armado, a confissão tampouco foi espontânea. Vemos mais ainda dos anexos, de suas artimanhas em esconder o dinheiro do pagamento pela tentativa de morte (ou já outro dinheiro para negar o que confessara) exatamente no bolso de um cabo da esquadra que o conduziria ao Recife, buscando conivência ou cumplicidade, embora o tiro tenha lhe saído pela culatra, não escapando, provavelmente, de mais este ‘crime’. Eis, portanto, um sujeito histórico,

escondido nas entre folhas de um processo que, à primeira vista, aparecia meramente como réu e coisa manipulada por seus senhores.

O caso de Antônio de Souza

As relações que envolvem a escravidão têm sido questionadas por novos historiadores, e militantes do Movimento Negro, na tentativa de se investigar até que ponto o discurso tradicional sobre a imagem dos africanos e afro-descendentes é verídico. A historiografia positivista retrata a figura do escravo como sendo um ser passivo, apático, sem identidade e autonomia para reivindicar seus direitos, sempre é nos apresentada a imagem do negro de forma estereotipada, negando-se a sua historicidade como ser humano. Contudo, percebe-se, através de vários estudos que atualmente vem sendo realizados, baseados em outras fontes, o equívoco cometido pela história tradicional ao narrar a visão dos vencedores da história, no caso, os senhores de escravos.

A escravidão no Brasil ainda está muito atrelada ao discurso dos vencedores, daqueles que sempre detiveram o poder da escrita e dessa forma, puderam contar a sua versão dos fatos históricos. Como dito anteriormente, ao se revisar outros documentos, torna-se possível ao historiador confrontar fontes, estabelecer elos de semelhanças e diferenças entre elas e, acima de tudo, conhecer o cotidiano que envolvia a escravidão, como os escravos viviam, se eram mesmo pessoas passivas, se exerciam algum poder na relação com o seu dono, enfim, qual a relevância do escravo na sociedade na qual estava “inserido”.

Para a execução do método indiciário torna-se fundamental a investigação das entrelinhas, o não-dito. Tal pesquisa está dividida em dois momentos: transcrição do manuscrito, primeiro passo para conseguir analisar o documento, prestando-se atenção a determinadas nuances como o vocabulário utilizado, valendo ressaltar que muitas palavras ainda se encontram sem tradução devido à complexidade da escrita; comentário do documento, com vistas a se entender o cotidiano e principalmente, detectar certas peculiaridades que retiram do negro a imagem de passividade que foi introjetada durante o período da escravidão e que infelizmente perdura até os dias atuais.

Após situar a divisão da pesquisa, procurou-se entender o conteúdo do manuscrito datado de 29 de dezembro de 1732, que trata de uma petição do rendeiro de nome Vicente Fernandes Leitão, dirigido ao rei D. João V, solicitando decreto do ouvidor-geral da Paraíba para que devolva o escravo tomado pelo governador Francisco Pedro de Mendonça Gorjão(sic!) que o pôs em liberdade. Este, por sua vez, tomou o escravo da tutela do padre Ignácio Pereira de Azevedo, que estava com a guarda do

escravo. Ao analisar o manuscrito, percebe-se que o dito escravo Antonio de Souza foi posto em liberdade pelo fato de viver preso em correntes, porém, com o depoimento das doze testemunhas, fica claro que era normal/ aceitável ter presos acorrentados por muitos anos, ou seja, era costume antigo dos donos de escravos manterem os mesmos acorrentados, como se pode constatar nos manuscritos. Vale salientar que três testemunhas acusam o coronel Mathias Soares de manter acorrentados por muito tempo, meses e até anos, os seus escravos, validando o ato do rendeiro Vicente Fernandes Leitão.

Tal processo foi instaurado pelo fato de o rendeiro Visente querer resgatar o que ele achava que lhe era de direito, no caso, o escravo, este tido como um patrimônio, ou seja, perder um escravo significava a dilapidação de um patrimônio. Mediante as testemunhas, vê-se, no processo, aquilo que aparenta ser uma justificativa em defesa do rendeiro Visente (sic!) Fernandes Leitão.

Através do relato das testemunhas, pode-se depreender o cotidiano e a crítica situação dos escravos. Mesmo se encontrando acorrentado, o escravo Antonio de Souza, não deixava de trabalhar em diversas atividades, desde a moenda da cana até a fabricação de tijolos. Isto reforça o discurso da historiografia tradicional apenas no tocante ao trabalho exaustivo que eram obrigados a realizar, embora não compartilhemos com a idéia arraigada da historiografia tradicional de que os escravos eram passivos e apáticos diante desta realidade.

Pelo contrário, sabe-se que a população negra, obrigada a realizar trabalhos forçados, praticava vários atos de inconformismo e muitas vezes se rebelava contra os seus senhores. Como afirma Vidal: “[...] *Apanhavam como bestas de carga. Nem todos tinham sangue de barata ao ver o corpo retalhado pelo chicote e ferrado pelo fogo. Reagiam*” (1988, p.134).

Foi o que fez Antônio de Souza, segundo o manuscrito analisado, o qual tentou contra a vida do seu dono, Visente Fernandes Leitão, pelo fato, segundo a denúncia, de seu senhor o manter preso em correntes. Como bem corrobora Vidal (1988,p. 126): “[...] *os pretos castigados, que não encontravam solução no suicídio, atiravam-se violentamente contra os seus algozes, com o ânimo deliberado de acabar com as suas vidas*”. Embora aqui não haja espaço para discussão sobre discurso, discordamos do termo ‘castigo’ (repressão e repreensão de ordem patriarcal) pois o que havia era, sim, tortura.

A tentativa não obteve êxito, visto que o dito Antônio de Souza fora denunciado pelos escravos que com ele viviam. Tal atitude dos escravos gera algumas inquietações e por conseqüência indagações. Qual seria o motivo que teria levado os escravos a denunciarem um outro, evitando que

este último matasse o rendeiro Visente Fernandes Leitão? O que os escravos ganhariam protegendo o seu senhor? Não teriam sido forçados, sob tortura, a denunciar o ‘irmão’ Antonio de Souza?

Mas voltemos ao objeto dessa pesquisa que se centra na figura de Antônio de Souza, escravo que por muitos anos viveu pelos sertões, fugido, segundo as denúncias oficiais, ou em liberdade, como podemos interpretar. Teria ele participado do quilombo dos Cumbe, enquanto esteve longe do domínio do seu senhor? É bem provável, pois uma das testemunhas deste processo foi o Coronel Jeronymo de Tovar de Macedo, “*homem viúvo morador em terras do engenho de Tibira lavrador de canas de idade que disse ser de sessenta anos pouco mais*”, o mesmo que comandou uma expedição ao quilombo do Cumbe (Anexo: 2 docs. AHU – Pernambuco, doc. 42. AHU_ACL_CU_014, Cx.8, D. 681; VIDAL, op. cit).

Participe ou não de tal quilombo, o fato é que Antônio de Souza se constituiu como um resistente, africano que não se conformou com a vida escrava que levava e rebelou-se através das fugas que realizou, culminando com o ato de intentar contra a vida do seu proprietário. Tais atos praticados por Antônio de Souza desmistificam a falsa idéia, propagada e corroborada pela historiografia tradicional, do negro como ser passivo, obediente, ser sem iniciativa alguma, conformado com a sua triste condição e incapaz de demonstrar astúcia. Ora, o próprio fato do escravo ter arquitetado a morte do rendeiro Visente demonstra o quanto os negros eram estratégicos. Cai por terra, portanto, a imagem do negro como alguém sem capacidade intelectual alguma, tão arraigada na sociedade e que é repassada/reproduzida através dos diversos meios de comunicação, gerando e mantendo, assim, discriminação e desigualdade social.

DOCUMENTAÇÃO:

681 – [ant. 1732, dezembro, 29, Paraíba]

REQUERIMENTO do rendeiro do engenho Pindoba, Visente (sic !) Fernandes Leitão, ao rei [D. João V], solicitando mandar decreto ao ouvidor-geral da Paraíba, ordenando que devolva o escravo que o governador da Paraíba, Francisco Pedro de Mendonça Gorjão, tomou do padre Inácio Pereira de Azevedo e pôs em liberdade.

Anexo: 2 docs. AHU – Pernambuco, doc. 42. AHU_ACL_CU_014, Cx.8, D. 681.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACIOLI, Vera Lúcia Costa. *A escrita no Brasil colônia: uma guia para a leitura de documentos manuscritos*. Recife: Editora da UFPE/ Massangana, 1994.

- ARRUDA, Karliana Barbosa de. *Cotidiano e Resistência nos Manuscritos Coloniais da Paraíba* (Comunicação) I Colóquio Internacional de História: Sociedade, Natureza e Cultura. Campina Grande, 28 a 31 de julho de 2008. Cd-rom, ISBN 978-85-89674-48-5.
- GONÇALVES, Regina Célia. *Guerras e açúcares: política e economia na Capitania da Parayba, 1585-1630*. Bauru-SP: EDUSC, 2004.
- MELLO, José Octávio de Arruda. *A Escravidão na Paraíba – Historiografia e História (preconceito e racismo numa produção cultural)*. João Pessoa: A União, 1988.
- MELO, Josemir Camilo de. *Quilombos do Catucá: uma Herança dos Palmares no Pernambuco Oitocentista*. In: MOURA, Clóvis (Org.). *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió, EDUFAL, 2001, p. 189-218.
- Novas Abordagens e Novas Fontes para o Estudo de História das Comunidades Afro-Descendentes na Paraíba* (Comunicação). II Semana de Pesquisa em História. Curso de História, Centro de Educação, Campina Grande, 2008, p. 104-111. Cd-rom.
- MOURA, Clóvis. *Dicionário da Escravidão Negra no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2004.
- (Org.). *Os Quilombos na Dinâmica Social do Brasil*. Maceió, EDUFAL, 2001
- OLIVEIRA, Elza Regis de. *A Paraíba na crise do século XVIII: Subordinação e Autonomia*. (2a. edição). João Pessoa: Editora Universitária (UEPB), 2007.
- OLIVEIRA, Elza Regis de. MENEZES, Mozart Vergetti de, LIMA, Maria da Vitória Barbosa. *Catálogo dos documentos manuscritos avulsos referente à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa*. João Pessoa: Editora Universitária/UEPB, 2002.
- VIDAL, Adhemar. *Três Séculos de Escravidão na Parahyba*. In: *Estudos Afro-Brasileiros. (Trabalhos apresentados ao 1º Congresso Afro-Brasileiro reunido no Recife em 1934)*. (Edição fac-similar)]Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Editora Massangana, 1988, p.105-152 (1º volume).